

X ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PERÍMETRO IRRIGADO AYRES DE SOUZA: AS MARCAS DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL DOS ANOS 1970

¹Maria Erileuda Brito Teixeira; ²Aldiva Sales Diniz

¹Aluna do Mestrado Acadêmico em Geografia-MAG/UVA; erileudateixeira@gmail.com

²Docente/Pesquisadora do Departamento de Geografia CCH/UVA; aldivadiniz@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender as transformações ocorridas no Perímetro Irrigado Ayres de Souza localizado em Jaibaras – Ceará, implantado pelo Estado via Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na década de 1970. Nesse período, o DNOCS desapropriou, implantou uma infraestrutura de irrigação e selecionou famílias para tornarem-se colonos ou irrigantes, transformados em novos atores sociais, incutidos de novas mentalidades de desenvolvimento das práticas econômicas. Na década de 1990, com a mudança de intervenção do Estado na sua nova forma de atuação, este Perímetro passa por um processo de emancipação, objetivando transferir aos irrigantes a responsabilidade pela operação, manutenção e gerenciamento dos projetos públicos de irrigação, porém todo esse processo ocorreu sem preparar os produtores para as mudanças que estavam por vir.

Palavras chave: Estado Capitalista; Perímetro Irrigado; Território

INTRODUÇÃO

Os mecanismos de intervenção do Estado na Região Nordeste sempre foram uma constante. Sua atuação, inicialmente legitimada por um discurso de combate as secas tomou a forma de proteção hídrica, demarcada pela *fase hidráulica* o que marcou a intervenção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Esta forma de intervenção assegurava a permanência de uma estrutura socioeconômica perversa, baseada numa estrutura fundiária concentrada, o que facilitava a manipulação da população, impondo práticas assistencialistas, clientelistas e de dependência, ficando conhecidas como a expressão “indústria das secas”.

Com a emergência de críticas a essa forma de intervenção, o Estado muda seu papel e passa a intervir a partir da ação planejada, dando origem à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1960.

Assim, tem início a política de “planejamento” para o Nordeste, com a implantação de políticas de desenvolvimento regionais. Conforme Bursztyn (1985) a SUDENE se caracterizou como uma mudança de comportamento das instituições encarregadas da questão da seca, passando a ter como diretriz básica a mudança da economia agrícola no sentido da consolidação da modernização conservadora no campo, tendo o Estado como principal condutor deste processo, criando inúmeras políticas públicas que procuraram adaptar a agropecuária às exigências do avanço do capital no campo. Assim, coube a este órgão se responsabilizar pelo desenvolvimento e planejamento regional, tendo como principal objetivo a reorganização do semiárido nordestino. Dentre seus objetivos, estava a irrigação no Polígono das Secas.

Com seu fracasso, surgem outras intervenções, através da criação de projetos e programas como o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970 com ênfase nos grandes projetos públicos de irrigação. Foi o período do surgimento dos projetos de irrigação, que passaram a comandar a redefinição desses espaços, implantando neles como verdadeiros enclaves, e assumindo destaque no papel da política de irrigação, surgida no final da década de 1970, como vetor de reestruturação do espaço agrário nordestino, por intermédio da implantação dos Perímetros Públicos Irrigados. Surge nesse contexto, o Perímetro Público Irrigado Ayres de Souza, localizado no distrito de Jaibaras, município de Sobral, Ceará.

De acordo com Bursztyn (1985), o programa de irrigação objetivava a criação de infraestrutura econômica, produção de alimentos, incentivo à produção familiar, desapropriação de terras passíveis de irrigação, seleção e assentamento dos irrigantes ou colonos, assim como o gerenciamento de todo o Perímetro sob a responsabilidade do DNOCS. Nesse momento, a função do Estado era criar pequenas empresas baseadas no trabalho familiar bem como o estímulo ao uso de técnicas modernas.

Nesse contexto, coube ao DNOCS, desapropriar as terras das bacias de irrigação, onde seriam implantados os Perímetros Irrigados (PI), dividindo-as em lotes agrícolas, onde seriam alocados os colonos ou irrigantes. Para Freitas (2010) a implantação desse modelo causou antipatia ao DNOCS, por parte dos pequenos proprietários que foram expropriados em virtude dos preços insignificantes em relação às desapropriações e pelos moradores que foram excluídos do processo de assentamento.

Segundo analisou Diniz (1997; 1999; 2002), a criação dos Perímetros Irrigados tinha como objetivo atender duas questões fundamentais: uma política e outra econômica. A questão política

“[...] pretendia dar respaldo ao pacto político firmado com o golpe de 1964, com o objetivo de não fazer a reforma agrária [...]” (DINIZ, 1997, p.32), a questão econômica “[...] visava implementar a modernização na produção agrícola, introduzindo novas técnicas e novas formas de produzir no campo” (Ibid.,p.32).

Baseado nos aspectos citados, pretendemos compreender as marcas das intervenções governamentais no Perímetro Irrigado Ayres de Souza na década de 1970 considerando a ação das diferentes Políticas Públicas.

2. O PERÍMETRO IRRIGADO AYRES DE SOUZA: O ESTADO NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PERÍMETRO

O Perímetro Irrigado Ayres de Souza, está situado no distrito de Jaibaras, zona rural do município de Sobral, Ceará, localizado na margem esquerda e direita do Rio Jaibaras, um dos principais afluentes do Rio Acaraú.

No espaço onde foi implantado o Perímetro Irrigado Ayres de Souza (PIAS), houve a desapropriação da Vila de São Vicente e adjacências, a qual segundo Portela (2007) caracterizou-se pela retirada daquele espaço de 267 famílias, entre pequenos proprietários e agregados.

O PIAS iniciou o processo de implantação em 1974 sob coordenação do DNOCS e sua conclusão ocorreu em 1978. Os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura, tais como os canais de irrigação primários e secundários, divisão dos lotes, rede de drenagem e seleção das famílias foram iniciados no ano de 1977.

Nos anos de 1980 marcados pela Crise Fiscal do Estado, em virtude da recessão, ocorreu uma nova reestruturação político-econômica, juntamente com a política neoliberal¹, provoca mudanças na política de irrigação. Essas mudanças foram tomadas visando à emancipação dos Perímetros Irrigados, com o objetivo de transferir aos irrigantes a responsabilidade pela operação, manutenção e gerenciamento dos projetos públicos de irrigação, porém todo esse processo ocorreu sem preparar os produtores para as mudanças que estavam por vir.

Assim, nos anos de 1990, os Perímetros Irrigados concedidos sob o viés do neoliberalismo, surge com a finalidade de atender aos empresários do agronegócio, com produção voltada para a fruticultura destinada à exportação.

Sem adentrarmos neste debate teórico, delimitamos a expor os grandes problemas os quais vêm passando aquele território, pois desde 1992, o Estado, através do DNOCS, deixou de agir diretamente nesses espaços, retirando a assistência técnica e o crédito agrícola, logo os irrigantes ficaram com dificuldades de produzir e sem condições de recursos, inclusive para a manutenção dos canais.

Sistema político no qual o mercado passa a ter certo “comando”, garantido pelo amplo apoio do Estado, embora seja disseminada a ideia de um Estado menos intervencionista.

Em virtude da seca dos últimos quatro anos (2011, 2012, 2013, 2014) ocorreu à diminuição drástica das lâminas de água do Rio Jaibaras (fonte hídrica que abastece o Perímetro) a liberação da água que ocorria duas vezes por semana, atualmente encontra-se desativada, ocasionando o abandono das lavouras. Além desses problemas, tem ainda outro agravante, pois às águas que chegam ao Perímetro para consumo, são bastante contaminadas, em função do criatório de peixes em cativeiro, pois além das fezes, são lançadas rações, contribuindo para agravar os problemas socioeconômicos.

Com relação ao crédito agrícola, para ter direito, os colonos têm que estar sem dívida com o banco, já que estes empréstimos são conseguidos através da Cooperativa, ou seja, através da Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Ayres de Souza (AUDIPAS), associação esta responsável por contrair estes empréstimos bancários junto ao Banco do Nordeste. Devido às secas, os irrigantes não tiveram condições de quitar suas dívidas, ficando os mesmos impossibilitados de contrair novos empréstimos.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa se apoiou nos princípios básicos do método dialético, na perspectiva de compreender as transformações e as contradições ocorridas no espaço do Perímetro. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico, documental e de campo que permitiu resgatar todos os conflitos estabelecidos no processo de intervenção ocorrida naquele espaço. A vivência no interior do Perímetro possibilitou a compreensão das diversas formas de estratégia dos irrigantes para permanecer no local. A partir desse trabalho empírico e do confronto com a teoria (na relação indissociável teoria-prática) buscou-se compreender os problemas que vivenciam os irrigantes em sua dimensão territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado neste ensaio, o Perímetro Irrigado Ayres de Souza, vem passando nas últimas décadas por diversos problemas socioeconômicos, desde o período de desapropriação da Vila São Vicente, até os dias atuais, as mudanças introduzidas pelo Estado via DNOCS só serviram para legitimar o poder existente.

Todavia, os irrigantes encontram dificuldades na sua produção, desde o momento que o Estado mudou a forma de intervir naquele território, os irrigantes ficaram desprovidos de recursos técnicos e financeiros para produção.

Dessa forma, seria necessário criar condições ao irrigante de desenvolver sua agricultura sustentável, que gerem mais renda e inclusão social, que fixe o homem no campo, apontando alternativas de desenvolvimento, diminuindo o êxodo rural e acreditamos que através de uma reforma agrária este sonho se tornaria realidade.

A partir desta análise, conclui-se que os irrigantes do Perímetro Irrigado Ayres de Souza necessitam de ações que os fortaleçam, que promova melhorias nas suas condições de vida e que os mesmos, possam contar com recursos técnicos e financeiros para desenvolver economicamente aquele território, permitindo sua permanência no Perímetro, pois sabemos que a lógica do Estado é entregar todos os Perímetros públicos para os empresários do agronegócio.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a professora Aldiva Sales Diniz, por me proporcionar o estudo de temas que instigam a curiosidade ao mesmo tempo em que proporciona discussões sobre os grandes problemas de desenvolvimento do semiárido nordestino. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa concedida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURSZTYN M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes; 1985.

DINIZ, Aldiva Sales. **A Intervenção do Estado e as Relações de Poder na Construção dos Perímetros Irrigados no Nordeste**. Revista Casa da Geografia, Sobral, Volume 1, p. 81-90, 1999.

_____. **A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no Sertão. In: Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Território Controlado – Território (Re) Criado: Os laços e rupturas das relações Estado e Irrigante**. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE. 1997.

FREITAS B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro Irrigado Jaguaribe - Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará; 2010.